

Os Campos de Refugiados Saarauís: Contextos e Contradições da Ação Humanitária

Adriana Cunha Figueira

Membro Associado do Observatório Político¹

Resumo:

Este *paper* explora as dinâmicas políticas, sociais e económicas dos campos de refugiados saarauís, em Tindouf, Argélia, e a sua relação com a ação humanitária. Analisa-se a evolução destes campos de uma resposta humanitária de emergência para uma situação de refúgio prolongado, observando-se a sua singularidade enquanto espaços autogeridos pela própria população refugiada, e estruturados como um “Estado em exílio” associado à RASD. Paralelamente, a assistência humanitária internacional permanece fundamental para a sobrevivência desta população. Contudo, verifica-se uma tensão entre este apoio, e as contradições inerentes à sua politização e à geopolítica que a envolve, particularmente no que diz respeito aos interesses económicos e políticos externos associados à exploração de recursos naturais no território ocupado. Neste sentido, os campos de refugiados saarauís constituem um caso paradigmático das limitações e contradições da ação humanitária em contextos de conflitos prolongados e sem solução política.

Palavras-chave: Saara Ocidental; Campos de refugiados saarauís; Tindouf; Crise de refugiados prolongada; Ajuda Humanitária; Humanitarismo

¹ Mestre em Ação Humanitária pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Introdução

Um mapa do mundo da ONU atual² revela apenas uma colónia em África: o Saara Ocidental (WSRW, 2021). Marrocos ocupa a maior parte do território do Saara Ocidental, impedindo a conclusão do processo de descolonização. O conflito pela independência saarauí entre a Frente Polisário e a autoproclamada RASD contra Marrocos, iniciado há 50 anos, continua em curso. Este conflito conduziu à fuga massiva de saarauís, e em Tindouf (Argélia) estabeleceram cinco campos de refugiados. É aí que permanecem há meio século, sem uma solução à vista para a sua situação. Com a passagem dos anos, a questão saarauí evoluiu de uma crise humanitária urgente para uma situação humanitária prolongada, sendo uma das crises de refugiados mais prolongadas do mundo.

Assim sendo, este *paper* pretende realizar uma reflexão sobre as condições dos campos de refugiados saarauís e o contexto político, social e económico aí existente, a relação da população refugiada com a assistência humanitária prestada e as organizações no terreno, e as contradições inerentes a esta.

Contexto do conflito do Saara Ocidental

O Saara Ocidental, uma região tradicionalmente habitada por tribos nómadas berberes, foi colonizado por Espanha em 1884 (Herz, 2013). Foi uma colónia espanhola (Saara Espanhol) por 90 anos, até às maiores exigências da ONU para a descolonização e realização de um referendo pela autodeterminação, a que Espanha acedeu (Herz, 2013; Mundy, 2007).

A contestação com Marrocos pelo Saara Ocidental começou quando este fez uma reivindicação histórica pelo território ao TIJ (Mundy, 2007). O TIJ manteve o direito à autodeterminação do Saara Ocidental, estabelecendo que nem Marrocos, nem a Mauritânia, poderiam tomar qualquer medida para anexar o território que impedisse a realização de um referendo (Caballero Macarro, 2013;

² É possível consultar o mapa dos territórios não autónomos e as suas potências administrativas de acordo com a ONU em <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/nsgt>.

Mundy, 2007). Em outubro de 1975, ocorreu a “Marcha Verde” de 350 000 marroquinos ao Saara Ocidental para o reivindicar para Marrocos, reprovada pelo CSNU (Saul, 2015). Em novembro de 1975, concluíram-se os Acordos de Madrid entre Espanha, Marrocos e a Mauritânia, onde Espanha acordava terminar os seus poderes enquanto potência administradora, abandonando o território para Marrocos e a Mauritânia (Mundy, 2007; Saul, 2015). Estes Acordos exteriorizavam um acordo secreto entre Marrocos e a Mauritânia de dividir o Saara Ocidental e partilhar a sua exploração económica (Saul, 2015). Espanha informou a ONU da decisão unilateral de pôr termo à sua presença no Saara Ocidental (Saul, 2015; WSRW, 2021). Este comunicado não foi reconhecido pela ONU, pelo que o território permanece na lista da ONU de colónias (WSRW, 2021). Assim, Espanha ainda detém a responsabilidade como potência administrativa do território, algo que se recusa a aceitar (WSRW, 2021).

À retirada do pessoal espanhol em fevereiro de 1976 seguiu-se uma rápida ocupação das forças militares marroquinas e mauritanas (Saul, 2015). Porém, depararam-se com a Frente Polisário, um movimento formado em 1973 para combater o colonialismo espanhol, e com o apoio da Argélia (Mundy, 2007). Após a saída espanhola, a Polisário, reconhecida pela ONU como a representante legítima do povo saarauí, proclamou a RASD e iniciou a guerra pela libertação nacional (Caballero Macarro, 2014; Mundy, 2007). Em 1979, forçaram a Mauritânia para fora do conflito (Mundy, 2007). Nos anos 1980s, Marrocos construiu um enorme muro de areia militar, o “Berm” (ou “Muro da Vergonha”), fortificado, vigiado e minado³, para separar o território que ocupa (cerca de 80% do Saara Ocidental), dos “territórios libertados”, sob controlo saarauí (Herz, 2013; Medina Martín et al., 2011). A manutenção diária do “Berm” custa \$4 milhões, e é de notar que parte do financiamento advém de fundos europeus para combater a imigração ilegal (Medina Martín et al., 2011).

Em 1991, a ONU conseguiu negociar um cessar-fogo entre as partes e estabeleceu a MINURSO, uma missão de *peacekeeping* com o objetivo de

³ É considerado o “maior campo minado do mundo”, com pelo menos 10 milhões de minas (Medina Martín et al., 2011).

monitorizar o cessar-fogo e organizar um referendo de autodeterminação (Benson, 2009; Mundy, 2007). Contudo, esta organização foi-se prolongando pelos anos 1990s e nunca se concretizou (Mundy, 2007).

Em novembro de 2020, um protesto saarauí pelo referendo em Guerguerat foi esmagado pelas forças armadas marroquinas (WSRW, 2021). A Polisário considerou uma violação do cessar-fogo de 1991 e resumiu o conflito armado (WSRW, 2021). De acordo com o relatório de 2024 do Secretário-Geral da ONU (2024b), a situação no terreno é caracterizada por contínuas tensões e hostilidades de baixa intensidade entre Marrocos e a Polisário. Ambas as partes reiteram a sua posição de 2007 e, sem um cessar-fogo, a obtenção de uma solução política revela-se impraticável (United Nations [UN], 2024a, 2024b).

Contexto político, social e económico dos campos de refugiados saarauís

A invasão marroquina e mauritana do Saara Ocidental levou a um êxodo massivo da população saarauí para a Argélia (Mundy, 2007). O governo argelino já concordara apoiar a Polisário, oferecendo um “porto seguro” aos refugiados numa zona onde renunciou à maioria do controlo (Herz, 2013; Mundy, 2007). Desde 1976 que quase metade da população indígena saarauí vive em cinco campos de refugiados isolados, nomeados após locais do território ocupado, perto de Tindouf⁴ (Caballero Macarro, 2014; Mundy, 2007). Os campos encontram-se numa parte do deserto do Saara nunca habitada, onde as condições são muito severas: temperaturas muito baixas no inverno e muito altas no verão, muito seco e árido, e tempestades de areia frequentes (Mundy, 2007; WSRW, 2021). Assim, os campos de refugiados saarauís contêm das condições de refúgio mais extremas, onde as oportunidades de autossustentação são praticamente inexistentes (Herz, 2013; Ouchene & Massebiau, 2018).

⁴ É possível consultar a localização dos campos de refugiados saarauís na Argélia em https://www.researchgate.net/figure/Map-of-Western-Sahara-and-outline-of-the-Saharawi-camp-area-showing-the-different-camps_fig1_326544904. Os campos - Rabouni, Smara, El Aaiún, Awserd e Dakhla - localizam-se no sudoeste da Argélia, distribuídos desigualmente por uma área de cerca de 5000 km², a cerca de 20-30 km da cidade de Tindouf, excetuando Dakhla, mais afastado.

A população refugiada tem especificidades étnicas, culturais e religiosas, com origens berberes, negras e árabes, é de tradição beduína e nómada, falante do dialeto árabe hassani, e de religião islâmica (Medina Martín, 2014; Mundy, 2007). Entre 1976 e 1991, 80% da população eram mulheres devido à mobilização quase total dos homens na guerra (Medina Martín, 2014; Mundy, 2007). Consequentemente, as mulheres assumiram o papel principal na construção, organização e gestão dos campos e do seu quotidiano, encarregando-se da distribuição da assistência humanitária e da administração do âmbito familiar e público (Herz, 2013; Medina Martín, 2014). Assim, nas formas de organização e resistência nacionalista, os homens lutavam pela libertação nacional, enquanto as mulheres erguiam uma nova sociedade no refúgio (Medina Martín, 2014; Mundy, 2007). Portanto, foi a história e condição geral da população saarauí que permitiu esta “especial situação das mulheres saarauís” (Medina Martín, 2014). O cessar-fogo de 1991 levou à desmobilização do exército, o que aumentou substancialmente a população residente nos campos e trouxe uma dinâmica de género mais mista: a população masculina, anteriormente minoritária, cresceu, produzindo mudanças generalizadas nos campos (Mundy, 2007).

Os campos de refugiados evoluíram para um Estado em exílio, onde a Polisário estabeleceu as estruturas do seu governo autoproclamado, e onde desenvolvem o tipo de governação, administração, cidadania e instituições que desejam praticar num Saara Ocidental independente (Mundy, 2007). O campo de Rabouni, aliás, converteu-se no centro administrativo da RASD (Herz, 2013). Os campos servem assim como um modelo “pré-figurativo” do Estado saarauí e da organização sociopolítica, incorporando um equilíbrio entre a ideologia nacionalista e o conhecimento prático dos refugiados, sendo que os saarauís são uma das populações refugiadas mais politicamente conscientes (Mundy, 2007). Além disso, ainda que dependam de assistência internacional, estes campos são totalmente autoadministrados – em vez de geridos pelas autoridades do país de acolhimento ou por um regime internacional humanitário –, representando um fenómeno único entre os campos de refugiados (Mundy, 2007). Inclusive, no caso saarauí, os *checkpoints* dos campos são controlados

pelos próprios, e não pelo ACNUR ou pelas forças de segurança argelinas (Herz, 2013). Esta autonomia parcial permite uma certa normalidade, aquela associada à capacidade de se governar a si mesmo (Herz, 2013).

Um ambiente de vida quotidiana emergiu na situação excecional dos campos de refugiados saarauís. Os refugiados estabeleceram escolas, clínicas médicas e hospitais em todos os campos, com o envolvimento reduzido da comunidade internacional e da ONU (Herz, 2013). Formaram-se professores, definiu-se um currículo nacional e alguns alunos receberam bolsas de estudo (Herz, 2013). A saúde foi organizada com base na medicina tradicional e na prevenção (Caballero Macarro, 2014). Consequentemente, os refugiados saarauís atingiram níveis de educação e saúde⁵ que ultrapassavam muitos dos países africanos (Herz, 2013) e a RASD foi considerada um dos Estados mais eficientes e organizados de África (Caballero Macarro, 2014). O hospital nacional, os escritórios das organizações internacionais e o museu nacional encontram-se em Rabouni (Herz, 2013; Mundy, 2007). Ademais, a maioria das famílias tem tecnologias (rádio, televisão, telemóvel) que lhes permite comunicar com conhecidos no estrangeiro e estar informado (Herz, 2013). Por fim, a recreação e lazer, raramente discutidos no contexto dos campos de refugiados, estão presentes em diversos espaços, e praticam-se atividades desportivas e culturais (Herz, 2013). Todavia, estas atividades não são neutras, mas imbuídas de uma um significado político (Herz, 2013).

Relativamente ao domínio económico, os campos foram organizados com a visão de uma economia baseada nas trocas em espécie, e não no dinheiro (Herz, 2013). Portanto, a circulação de dinheiro era reduzida, pelo que praticamente não havia lojas nos campos, e as diferenças socioeconómicas entre refugiados eram mínimas (Herz, 2013). Porém, após o cessar-fogo e o impasse político, os campos passaram por mudanças socioeconómicas radicais (Mundy, 2007). Coincidentemente, foram introduzidos largos fluxos de dinheiro nos campos,

⁵ Medidos, respetivamente, pela taxa de alfabetização e escolaridade, e pela esperança média de vida (Herz, 2013).

provenientes do estrangeiro por diferentes meios⁶, o que permitiu o crescimento de uma economia de mercado e acumulação (desigual) de riqueza (Mundy, 2007). Com isto, observou-se a multiplicação de lojas e mercados, trazendo um lado económico da vida quotidiana previamente ausente (Mundy, 2007). Contudo, também se notaram diferenças no estatuto económico, que fortaleceram as desigualdades existentes, com as derivadas da raça e do género (Caballero Macarro, 2014). As alterações também se verificaram no papel dominante anterior das mulheres nos campos: as esferas políticas, sociais e a nova esfera económica foram invadidas e dominadas pelos antigos combatentes (Mundy, 2007). Adicionalmente, constata-se o ressurgimento do “*al-mahr*”/“*mahr*” (o preço da noiva) e da “*al-milhafah*”/“*milhafah*” (a cobertura feminina tradicional) (Mundy 2007). Logo, ainda que a monetarização da economia saarauí tenha permitido contrariar a diminuição dos abastecimentos humanitários, também afetou os elementos de coesão social existentes.

Relação dos refugiados com a assistência humanitária e a geopolítica inerente ao humanitarismo

As estimativas da população saarauí nos campos de refugiados variam entre 90 000 e 173 000⁷ (SPS, 2023; UNHCR, 2023b). Dada a localização remota dos campos e o acesso limitado a recursos, não existe qualquer possibilidade de autossuficiência, logo os refugiados saarauís sobrevivem da assistência humanitária: constitui quase 80% do seu abastecimento alimentar (Caballero Macarro, 2014; European Commission, 2026). Nos primeiros tempos de existência dos campos, a assistência humanitária veio sobretudo da Argélia, Cuba e Líbia,

⁶ Os fluxos de dinheiro provieram do pagamento das/da atribuição de pensões por parte de Espanha aos seus antigos funcionários da administração colonial (antes de 1975); das remessas de familiares saarauís a trabalhar no estrangeiro (nomeadamente na Argélia e em Espanha); dos cash gifts dados às crianças refugiadas participantes no programa de férias de verão “Vacaciones en Paz”, em famílias de acolhimento espanholas; das visitas destas famílias de acolhimento aos campos, adquirindo produtos locais ou deixando cash gifts; e do crescimento do “turismo de solidariedade nos campos” (Caballero Macarro, 2014; Mundy, 2007).

⁷ As estimativas provém de várias fontes: 90 000 pessoas vulneráveis (em 2023) segundo o ACNUR (ainda que afirmem que o número total de pessoas a necessitarem de ajuda humanitária seja muito superior) (UNHCR, 2023b); 125 000 pessoas (em 2010) segundo o PAM (Caballero Macarro, 2014); 158 000 pessoas (em 2009) de acordo com as autoridades da Argélia (Benson, 2009); e 173 000 pessoas (em 2023) de acordo com o *Sahara Press Service* da RASD (SPS, 2023).

mas desde 1986 que são as organizações internacionais que assumem a maior fatia (Caballero Macarro, 2014). Cerca de vinte e sete organizações⁸ trabalham nos campos saarauís, em coordenação com o governo argelino e as autoridades saarauís (UNHCR, 2023a; UNHCR, 2023b). O ACNUR, juntamente com o PAM e a UNICEF, lideram os esforços interagências nos campos (UNHCR, 2023a).

No entanto, as organizações não têm um papel direto na gestão e distribuição da assistência humanitária, tendo que atuar pelo Crescente Vermelho Saaraui ou o Ministério da RASD relevante (Mundy, 2007). Logo, os campos também são totalmente autogeridos na assistência humanitária. De uma perspectiva tradicional da ação humanitária revela-se problemático devido à falta de acesso direto das organizações internacionais aos beneficiários e à consequente falta de transparência (Caballero Macarro, 2014). Em contrapartida, a gestão dos campos pelos refugiados é considerada benéfica, e os campos de Tindouf são apontados como dos mais bem geridos no mundo e reconhecidos como um exemplo de boas práticas de emancipação social, segundo órgãos internacionais (Caballero Macarro, 2014; Medina Martín et al., 2011). Ademais, a experiência única dos campos saarauís, decorrente da sua acumulação de conhecimento e experiência política, demonstra a capacidade das comunidades de refugiados de gerir eficazmente a assistência humanitária e os campos a longo prazo (UNHCR, 2023a). Os refugiados são, assim, dentro da sua dependência, cidadãos autossuficientes do Estado em exílio da RASD (Caballero Macarro, 2014).

O ACNUR, PAM, UNICEF e OMS providenciam assistência humanitária aos refugiados saarauís em serviços básicos como água (proporcionando redes de distribuição), alimentos (fornecendo uma cesta básica de alimentos para garantir as necessidades calóricas mínimas), educação (suportando, por exemplo) a

⁸ As organizações presentes nos campos de refugiados saarauís são as seguintes: ACNUR, UNICEF, PAM, Crescente Vermelho Saaraui, Crescente Vermelho Argelino, Cruz Vermelha Espanhola, Association des Femmes Algériennes pour le Développement (AFAD), Asociación de Trabajadores y Técnicos sin Fronteras (ATTSF), Caritas Algérie, Danish Refugee Council (DRC), Humanité et Inclusion (HI), Enfants Réfugiés du Monde (ERM), Green Tea Association, Movement for Peace, Disarmament & Liberty (MPDL), Réseau algérien pour la défense des droits de l'enfant (NADA), Rencontre et développement, Solidaridad Internacional Andalucía (SI-A), Triangle Génération Humanitaire (TGH), Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Agence Espagnole de coopération Internationale (AECID), DG ECHO, Centre des Etudes Rurales et L' Agriculture International (CERAI), Comité Internationale pour le Développement des Peuple (CISP), Médicos do Mundo (MDM), Oxfam, Mundubat (UNHCR, 2023a).

estratégia de educação às crianças saarauís de 2021-2025), e saúde (melhorando a saúde materno-infantil, dando formação e introduzindo vacinas) (UN, 2024b). Adicionalmente, realizam transferências *cash-based* e suportam a melhoria dos meios de subsistência e autossuficiência, contribuindo para o estabelecimento e desenvolvimento de pequenos negócios e de atividades de resiliência relativas à agricultura, gado e piscicultura (UN, 2024b). As agências da ONU também atuam em parceria com outras organizações conforme as suas especializações (UNHCR, 2023a). O ACNUR ainda implementou, em 2008, um programa de CBMs para responder às necessidades humanitárias dos refugiados e para “contribuir para estabelecer um certo nível de confiança entre as partes no conflito do Saara Ocidental” (Benson, 2009). O programa passava por visitas entre familiares separados entre os campos de Tindouf e o território do Saara Ocidental, permitindo reconectarem-se em pessoa (Benson, 2009). Porém, desde 2014 que este programa permanece suspenso, apesar de apelos do CSNU à cooperação com o ACNUR para o retomar (UN, 2024b).

A ajuda alimentar representa 52% do consumo alimentar dos refugiados, e as famílias mais desfavorecidas gastam mais de 60% do seu rendimento em alimentos (Ouchene & Massebiau, 2018). Uma dieta diversificada é essencial para manter uma boa nutrição e a dignidade dos refugiados, mas a oferta disponível é limitada, tornando a população vulnerável à malnutrição e anemia (Ouchene & Massebiau, 2018). Além destes problemas, verifica-se o difícil acesso à água, a falta de médicos e “fuga de cérebros” para o estrangeiro (Medina Martín et al., 2011). Adicionalmente, a pandemia e a guerra da Ucrânia levaram à perda de fontes de subsistência dos refugiados e ao aumento dos preços da alimentação – os fundos necessários só para assistência alimentar duplicaram em relação ao ano anterior –, tornando mais dispendiosa a assistência humanitária fornecida aos campos e exacerbando, portanto, as necessidades da população (European Commission, 2026).

Não obstante, a assistência humanitária tem vindo a diminuir gradualmente nos últimos anos com a diminuição substancial do financiamento humanitário

disponível devido à limitada visibilidade da crise, ao cansaço dos doadores, e ao surgimento de outras emergências, o que agrava as condições de vida nos campos (Ouchene & Massebiau, 2018; WSRW, 2021). Por exemplo, em 2025, o ACNUR solicitou \$4,5 milhões, tendo sido financiado apenas 32% do necessário (UNHCR, 2025). O SGNU tem apelado sistematicamente à comunidade internacional para aumentar o financiamento para a assistência humanitária aos refugiados saarauís (UN, 2024b). Inclusive, nos últimos anos, a ONU apresentou o Plano de Resposta aos Refugiados Saarauís, “uma aliança robusta e sustentável” que abrange todos os atores humanitários no terreno para assegurar as necessidades dos refugiados saarauís para o período de 2024-2025, pedindo \$214 milhões de financiamento (UN Press, 2023).

Além disso, a assistência humanitária aos campos saarauís é considerada politizada. A ajuda humanitária é interpretada como apoio à causa saarauí por quem a presta, sendo vista como um meio de legitimar a RASD como Estado em exílio visto que confiam nas suas instituições para a gerir (Caballero Macarro, 2014). Além de que, na ausência de uma solução política, os doadores instrumentalizam a ajuda para pressionar a RASD a ceder à solução de Marrocos, mediante a dependência quase total da população saarauí desta ajuda humanitária (Caballero Macarro, 2014). Um exemplo desta instrumentalização verifica-se nos números de pessoas nos campos, pois uma diminuição aparente da quantidade de refugiados identificada pelo ACNUR e PAM, em função da qual se reparte assistência humanitária, significa uma redução justificada do financiamento destinado aos campos de refugiados (Caballero Macarro, 2014). Por isso, a ação humanitária aos refugiados saarauís não é realizada segundo os princípios humanitários.

Outro problema revela-se na contradição evidente entre a assistência humanitária europeia aos saarauís e realização de acordos comerciais com Marrocos que violam os direitos dos saarauís. Uma questão importante do conflito é a exploração dos recursos naturais nos territórios ocupados do Saara Ocidental. O Saara Ocidental tem grandes reservas de fosfato, um dos mais

importantes bancos de pesca do Atlântico e especula-se desde os anos 70 sobre a existência de reservas de petróleo e gás natural (Caballero Macarro, 2014; Medina Martín et al., 2011). Marrocos é quem negocia e beneficia diretamente da extração dos recursos naturais (alimentando os seus cofres em milhões de euros) apesar do Saara Ocidental ser considerado um território não autónomo (Medina Martín et al., 2011). De acordo com a ONU⁹, um Estado não pode explorar os recursos naturais de um território não autónomo sem o consentimento dos povos indígenas e sem que esta beneficie a sua população e território, e Marrocos carece evidentemente desta preocupação, mas também da autoridade, pois Espanha mantém-se a potência administradora do Saara Ocidental (Medina Martín et al., 2011).

Desde os Acordos de Paz que a UE, através da ECHO, é uma das principais organizações doadoras (307 000 000€ desde 1993) (European Commission, 2026). Contudo, o saque dos recursos naturais do Saara Ocidental é patrocinado pelos Estados Ocidentais, como Espanha e França, e pela UE, pois serve os seus interesses económicos e geoestratégicos na região (Caballero Macarro, 2014; Medina Martín et al., 2011). Para Espanha, o controlo marroquino da zona de pesca do Saara Ocidental é vital para o seu setor das pescas (Caballero, Macarro, 2014). Mais, pela sua localização geográfica também é fundamental para o controlo dos fluxos migratórios de África Subsaariana para a Europa (Caballero Macarro, 2014). Já as boas relações de França com Marrocos possibilitam uma maior presença e influência económica no Magrebe (Caballero Macarro, 2014). Os protocolos de execução do Acordo de Parceria no domínio da pesca sustentável celebrados entre a UE e Marrocos em 2019, cuja aplicação se estende aos recursos naturais do Saara Ocidental, são uns dos vários negócios comerciais que são proibidos pelo direito internacional da ocupação (Saul, 2015; UN, 2023b). Aliás, a 29 de setembro de 2021, o TJUE emitiu um acórdão a anular o acordo pois a sua celebração “não pode ser considerada como tendo garantido o consentimento do povo do Saara Ocidental”¹⁰, e não é

⁹ Especificamente explícito na Carta da ONU e na resolução 1514 de 1960 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (Medina Martín et al., 2011).

a primeira vez que acontece (UN, 2024b). A decisão final sobre um recurso do Conselho da UE e da Comissão Europeia continua pendente. Logo, esta atuação não é “em consonância com os princípios humanitários da neutralidade e imparcialidade”, como afirma a própria UE (European Commission, 2026).

Conclusão

Os campos de refugiados saarauís refletem os dilemas e contradições da condição de refugiado e da ação humanitária, sendo um exemplo de um estado de exceção que se tornou permanente (Herz, 2013) . Não obstante, são um “contra modelo” de campos de refugiados, baseados na agência, pois os saarauís conceberam uma estrutura para gerir e organizar a sua vida quotidiana, concebendo uma normalidade dentro da situação anormal de refúgio (Herz, 2013).

Ainda que o que a ONU reconheça que o *status quo* não é aceitável (UN, 2024a), verificou-se a cristalização do conflito. Não obstante mais de uma centena de resoluções da ONU e pareceres do TIJ e do TJUE que suportam o direito à autodeterminação saarauí (WSRW, 2021), este conflito é um de muitos exemplos das limitações da ONU e do DI em regular as relações entre Estados independentemente de interesses económicos e geoestratégicos (Caballero Macarro, 2013). Além disso, a cristalização do conflito, aliada às mudanças socioeconómicas e na assistência humanitária, têm contribuído para uma rejeição da população saarauí de qualquer solução política que sacrifique objetivo último de autodeterminação (Mundy, 2007). A preocupação com a crescente deterioração da situação humanitária nos campos de refugiados saarauís (UN, 2024b) e os apelos veementes da ONU ao aumento do financiamento para garantir as necessidades humanitárias (UN, 2024a) não são suficientes, pois “a comunidade internacional e a sua cooperação confundem humanitarismo com justiça e alimentos com direitos” (Medina Martín et al., 2011).

Lista de Abreviaturas

ACNUR: Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

CBMs: Confidence-building measures

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

[DG] ECHO: Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations

[Frente] Polisário: Frente Popular de Liberación de Sagúia el Hamra y Río de Oro

ONU: Organização das Nações Unidas

OMS: Organização Mundial de Saúde

PAM: Programa Alimentar Mundial

RASD: República Árabe Saaraui Democrática

SGNU: Secretário-Geral das Nações Unidas

TIJ: Tribunal Internacional de Justiça

TJUE: Tribunal de Justiça da União Europeia

UE: União Europeia

Referências bibliográficas

Benson, E. (2009). Confidence-building measures in Western Sahara. *Forced Migration Review*, 3.

Caballero Macarro, Y. (2014). Desarrollo en el Refugio y Economía Feminista: El debate sobre el modelo económico. Em R. Medina Martín & R. L. Soriano Díaz, *Activismo académico en la causa saharai: Nuevas perspectivas críticas en Derecho, Política y Arte*. Aconcagua Libros. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=563412>

European Commission. (2026). *Algeria*. European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations. https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/where/middle-east-and-northern-africa/algeria_en

Herz, M. (2013). Refugee Camps of the Western Sahara. *Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development*, 4(3), 365–391.

Medina Martín, R. (2014). Resistencias, Identidades y Agencias en las mujeres saharauis refugiadas. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 9, 163–181.

Medina Martín, R., Gómez Justo, J. C., García Sánchez, D., & Rodríguez Morillo, M. J. (2011). Una visita a los campamentos de refugiados y refugiadas saharauis en Tindouf (Argelia): Derecho, política y capital en los cuerpos. *Revista Internacional de Pensamiento Político*, 6, 495–510. <https://doi.org/10.46661/revintpensampolit.1885>

Mundy, J. A. (2007). Performing the nation, pre-figuring the state: The Western Saharan refugees, thirty years later. *The Journal of Modern African Studies*, 45(2), 275–297. <https://doi.org/10.1017/S0022278X07002546>

Ouchene, M., & Massebiau, P. (2018). *Sahrawi Livelihoods in Algeria: Building self-sufficiency*. Oxfam. <https://doi.org/10.21201/2018.3347>

Saul, B. (2015). The status of Western Sahara as occupied territory under international humanitarian law and the exploitation of natural resources. *Global Change, Peace & Security*, 27(3), 301–322. <https://doi.org/10.1080/14781158.2015.1075969>

SPS. (2023, novembro 22). *Algeria: UN Agencies and Humanitarian Actors unveil a plan to address the needs of Sahrawi Refugees*. Sahara Press Service (SPS) RASD. <https://www.spsrasd.info/en/2023/11/22/1273.html>

UN Press. (2023, novembro 21). *Daily Press Briefing by the Office of the Spokesperson for the Secretary-General*. United Nations Meetings Coverage and Press Releases. <https://press.un.org/en/2023/db231121.doc.htm>

UNHCR. (2023a). *Algeria*. The Global Compact on Refugees - UNHCR. <https://globalcompactrefugees.org/gcr-action/countries/algeria>

UNHCR. (2025). *Western Sahara Funding Update—2025*. Global Focus. <https://www.unhcr.org/media/western-sahara-funding-update-2025>

UNHCR. (2023b). *UNHCR Algeria Fact Sheet—April 2023*. ReliefWeb. <https://reliefweb.int/report/algeria/unhcr-algeria-fact-sheet-april-2023>

United Nations, S. C. (2024a). *Resolution 2756 (2024)*. 5.

United Nations Security Council. (2024). Situation concerning Western Sahara: Report of the Secretary-General (S/2024/707). United Nations Digital Library

WSRW. (2021, setembro 21). *The occupation of Western Sahara; The refugees; The human rights violations*. Western Sahara Resource Watch. <https://wsrw.org/en/the-occupation-of-western-sahara>

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua D. João Castro, nº 32-A Ajuda
1300-193 Lisboa
Tel. (+351) 21 363 05 77
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/To quote this paper:

FIGUEIRA, C. Adriana. «Os Campos de Refugiados Saarauís: Contextos e Contradições da Ação Humanitária» #140, Observatório Político, publicado em maio/2026, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respetivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.